

ARACY DOS SANTOS MENDES
SILVANA CATARINA AZEVEDO SILVA

INTEGRAÇÃO E INCLUSÃO: DO QUE ESTAMOS FALANDO?

Belém-Pará

UNAMA

2001

INTEGRAÇÃO E INCLUSÃO: DO QUE ESTAMOS FALANDO?

ARACY DOS SANTOS MENDES

SILVANA CATARINA AZEVEDO SILVA

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso de Pedagogia do Centro de Ciências Humanas e Educação da Unama, como requisito para obtenção do grau de Licenciatura Plena em Pedagogia - Habilitação em Administração Escolar, orientado pelo Professor Elias Serique.

Belém-Pará

UNAMA

2001

“Acho que a base do sucesso em qualquer atividade está primeiro em se ter uma oportunidade, que geralmente aparece não porque você cria o momento, mas porque alguém chega e abre uma porta”.

Ayrton Senna

À Deus pela iluminação

Aos nossos pais pela dedicação

Ao nosso Prof^o orientador Elias Serique pela
ajuda e compreensão

E a todos que contribuíram para a nossa
formação acadêmica.

RESUMO

Este estudo busca analisar os movimentos históricos marcados pela exclusão e segregação das pessoas portadoras de deficiência têm sido substituídas por propostas inclusivas. Em vez do enfoque tradicional, segundo o qual as próprias pessoas portadoras de deficiência eram tidas como responsáveis por todos os seus sucessos e fracassos, modernamente, entende-se que a deficiência é um reflexo das condições culturais, econômicas e ambientais que a provocam e a mantêm, nos indivíduos. Ao nosso ver a formulação e implementação de políticas públicas para a integração de pessoas portadoras de deficiência têm sido inspiradas por uma série de documentos contendo declaração, recomendações e normas jurídicas produzidas por organizações internacionais e nacionais, envolvidas com a temática da deficiência. O direito de cidadania às pessoas portadoras de deficiência têm sido desrespeitados em decorrência, entre outros fatores da desinformação sobre as deficiências e dos inúmeros preconceitos e estigmas que povoam o imaginário coletivo, acerca das pessoas.

Embora nas últimas décadas tenhamos evoluído do enfoque caritativo-assistencialista para o da proteção dos direitos de cidadania, ainda se constata inúmeras práticas de exclusão das pessoas portadoras de deficiência, seja do convívio social integrado, seja do acesso e usufruto dos bens e serviços historicamente acumulados e disponíveis na sociedade. Inclusão, numa sociedade de excluídos, passa a ser a palavra-chave para se alcançar a verdadeira democracia. A cidadania se estabelece pela igualdade dos direitos e deveres, e pela oportunidade de exercê-los plenamente.

Observamos, ainda, hoje, em relação a essas pessoas, atividades que continuam sendo reflexo de uma história que foi sempre marcada pela discriminação. No entanto, vive-se atualmente, no campo da educação, um momento de mudanças estruturais, no qual a preocupação se desloca das deficiências ou inaptações do indivíduo para a valorização do indivíduo para a valorização das suas potencialidades, oferecendo-lhes meios de desenvolvê-las ao máximo. E mais, como expressa SASSAKI (1997, p.13), **contemplar a unidade na diversidade através da metáfora do caleidoscópio, enfatizando a importância das partes para a riqueza e beleza de seu todo.**

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO -----	7
FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA -----	10
CONSIDERAÇÕES FINAIS -----	30
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS -----	31

INTRODUÇÃO

O processo educativo humano assume complexidade no momento em que a desigualdade relativa a escola assume ares de discriminação e preconceito no sentido de integrar e incluir os portadores de necessidades educativas especiais na escola, pois os olhares de rejeição são apresentados continuamente no espaço de sala de aula. Segundo FREIRE (1995, p.19) o processo educativo envolve a “leitura de mundo”, em que a leitura das ações cotidianas são relevantes para a inclusão dos PNEES na sociedade. Pensando na escola como espaço destinado a todos, a temática em estudo merece ser considerada no sentido de apresentar algumas problemáticas envolvidas no processo de integração e inclusão dos PNEES na escola. Partindo do pressuposto que o texto constitucional, concebe a educação, como direito de todos, a escola deve complementar nas suas ações educativas, ao portador de necessidades educativas especiais o seu direito concedido por lei. Com tudo é necessário estabelecer alguns detalhes que foram até então, negados pelas propostas educativas que foram acentuadas nos últimos momentos históricos.

A questão da participação de todos nas oportunidades educativas, contempla ao portador de necessidades educativas especiais a presença na sala de aula juntamente com alunos ditos normais, pois as ações desenvolvidas na escola devem possibilitar seu acesso ao mundo do saber, contextualizando com o momento histórico vivenciado. As desigualdades sociais e a exclusão marcam o período histórico vivenciado no capitalismo do século XX, em que o homem é reduzido a coisa, merecendo estar presente no processo produtivo desde que esteja em perfeitas condições físicas e psicológicas. Diante do contexto de desigualdades e discriminações, preconceitos que marcam a sociedade capitalista excludente em que vivemos, resolvemos pesquisar o processo de integração e inclusão dos PNEES nas escolas, oferecida a alunos ditos normais, pois é importante reconhecer como se desenvolve este processo, visto que alguns obstáculos podem ser colocados na escola que dificultar o acesso a PNEES nela. O

estudo é relevante, pois oferece possibilidades de traçarmos amplas reflexões acerca deste contexto político levado no processo de inclusão dos PNEES na escola, tendo em vista que vivemos numa sociedade preconceituosa e discriminatória, e assim o estudo pode ser favorável a construção de reflexões que estimulem as mudanças.

Pensamos que as idéias propostas podem ser favoráveis a discussão em momentos posteriores na escola, visando ampliar o olhar sobre o processo de integração e inclusão dos PNEES na escola, e assim partimos de alguns pressupostos que acreditamos ser úteis sua consideração tais como: A ausência de programas educativos voltados a formação de recursos humanos que atendam aos PNEES na escola; a política inclusiva pode ser praticada na escola, estando ausente de discriminações e preconceitos? As respostas dessas perguntas buscaremos ao longo de pesquisa proposta. O presente trabalho teve como objetivo estudar o processo de integração e inclusão do PNEES na escola, segundo a concepção apresentada pela LDB 9394/96.

O trabalho procurou discutir a ausência de programas educativos que visem qualificar os professores para atendimento aos PNEES na escola e também refletir sobre a política educacional, referente aos PNEES na escola. A construção de um projeto político-pedagógico e a escola para todos, repensando o fracasso escolar. Atores e autores da inclusão, na escola. A organização do sistema educacional escolar e o paradigma da inclusão considerando a integração e inclusão como processos que implicam em remoção de barreiras físicas e atitudinais principalmente.

A pesquisa foi desenvolvida levando-se em consideração a abordagem qualitativa através de pesquisa bibliográfica relativa ao tema em questão que favorece a elaboração de um quadro compreensivo da temática. Pensa-se que a produção do conhecimento nessa linha de pesquisa oferece amplas oportunidades de refletir sobre a educação especial no Brasil. A abordagem qualitativa sugere a descrição e análise de alguns

documentos teóricos presente em diversos trabalhos relacionados à educação especial, pois oferece amplas oportunidades de produzir conhecimentos significativos.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A análise da literatura atual evidencia que os autores, nacionais ou estrangeiros mostram-se insatisfeitos com os paradigmas que tem predominado na educação especial. Assim é porque, a despeito de todos os esforços, constata-se que os alunos com deficiências, condutas típicas de síndrome neurológicas, psiquiátricas ou quadros psicológicos graves e, ainda, os de altas habilidades (superdotados) continuam excluídos, seja das escolas comuns, seja na apropriação do saber, na intensidade e ritmo necessários para sua aprendizagem.

Considerada a retomada mundial das discussões e providências para garantir o direito de todos sem exceção ao acesso e usufruto dos bens e serviços socialmente disponíveis, a questão da integração dos portadores de deficiência particularmente tem sido objeto de sérios questionamentos. Educadores, famílias e os próprios deficientes, já agora mais organizados politicamente, têm denunciado, intensivamente, que os direitos reivindicados, proclamados e garantidos nas letras das leis e de recomendações internacionais e nacionais, precisam ser cumpridos, pois tem sido freqüentemente violado.

Para reverter esse quadro, no qual se inserem as maiorias, tem-se discutido um novo paradigma: a inclusão de todos, para que a sociedade precise assumir mais concretamente o seu papel, criando as condições necessárias para equalização de oportunidades. O paradigma da inclusão tem gerado inúmeras discussões e controvérsias, tantas, que é comum ouvir que a educação especial passa por um momento crítico. Pode ser considerado crítico, sob vários aspectos. Primeiramente conceitual, na medida que o próprio

conceito de educação especial tem sido objeto de críticas principalmente quando induz a pensar que a administração do atendimento educacional para esses alunos configura-se como sub-sistema a parte de educação geral.

Complementando essa, reflexão, o que se propõe conceitualmente, é, incluir as discussões sobre a educação especial nas discussões referentes à educação geral e não, como tem sido até então, como um capítulo à parte. A educação de crianças com deficiências é, antes de mais nada educação. Em outro aspecto, verificamos as divergências quanto às necessidades educacionais especiais de alunos e sem deficiência "REAL". As discussões sobre a estrutura e o funcionamento do atendimento educacional escolar. Consta-se, ainda a falta de consenso destes educadores acerca de quem são os alunos que fracassam nas escolas e o porquê isso acontece? As discussões em si mesmas não traduzem a referida crise. O que caracteriza são os mecanismos de interpretação desse fracasso, pois é comum atribuí-lo a criança, como a responsável solitária por seu insucesso. Ao considerá-la como lócus do problema, automaticamente, aplica-se a ela um rótulo, geralmente o de deficiente mental.

Afinal o que é e o que não é a educação especial? A que alunos ela se destina?

Com propriedade SKLIAR (1997, p.10) afirma:

As opções, nesse sentido, não parecem ser muitas: ou se tem falado de especial porque se parte do princípio de que os sujeitos educativos - especiais, no sentido de deficientes impõem uma restrição, uma restrição, um corte particular da educação, ou se tem falado de especial referindo-se ao fato de que as instituições escolares são particulares quanto à sua ideologia e arquitetura educativas — portanto diferentes da educação geral, ou, finalmente, tem-se falado de especial como sinônimo de educação menor, irrelevante e incompleta no duplo sentido possível, isto é, fazendo menção ao menor e especial tanto dos sujeitos quanto das instituições.

Da atribuição de competências na oferta do atendimento educacional escolar que satisfaça as necessidades educacionais especiais. Além dos esclarecimentos acerca da deficiência "REAL" e da circunstancial de muitas de nossas crianças que apresentam dificuldades das mais urgente, a que instância de administração educativa compete à

responsabilidade do seu atendimento educacional? Será tarefa dada para o ensino regular ou para o educação especial? Ou, será que esse nível de análise pode ser considerado? Da transição do modelo pedagógico inspirado pelos ideais de normalização/integração, para o novo paradigma da inclusão integração que pressupõe a melhoria da qualidade das respostas educativas da escola. Na verdade, ainda não resolvemos, totalmente o modelo clínico que se traduz pela caricatura do aluno com defeito, mais necessitando de intervenção terapêutica do que pedagógica.

A visão sócio - antropológica da educação no qual se substitui a versão do aluno deficiente e incompleto, pela versão das diferenças individuais. Sob esse novo olhar a diversidade não é defeito não precisa ser excluída para oferecer tratamento especializado, mas exige da escola respostas educativas de caráter pedagógico e com melhor qualidade, para todos. Da construção da prática pedagógica, ate então calcada em baixas expectativas em relação à potencialidade das crianças com deficiências. A ênfase que se tem atribuído ao continuum das diferenças individuais faz com que a proposta inclusiva/integradora estimule a ação pedagógica centrada na aprendizagem dos alunos, em substituição aos tradicionais procedimentos centrados no professor, como o profissional de ensino, o grande e único ator e autor do processo ensino-aprendizagem. A qualidade da formação do professor é outro dos aspectos críticos e que também está na "berlinda". Há muito essa questão vem sendo discutida, inclusive sob a ótica da valorização do magistério. Recentemente, esse tema ocupa lugar de destaque nas reflexões críticas, seja pela proposição contida no paradigma inclusivo integrador de que todos os professores devem ser especialistas e, alunos, quaisquer que sejam.

MAZZOTA afirma que:

Os cursos de formação de professores devem ter como finalidade, junto aos futuros professores, a criação de uma consciência, crítica sobre a realidade que eles vão trabalhar e o oferecimento de uma fundamentação teórica que lhes possibilite uma ação pedagógica eficaz. (1993 p.30).

A educação para o trabalho e o fenômeno da globalização, embora não se possa estabelecer entre ambos os temas uma relação biunívoca, sem dúvida que há, entre eles, estreitas relações que agravam a referida crise. Se a competição que tem caracterizado as relações interinstitucionais e interpessoais são ameaçadoras para cidadãos "comuns", o que dizer quando se trata de cidadãos "peculiares" e que tem exercitado, plenamente, seus direitos de apropriação do saber e do saber fazer?

Como enfatiza DEMO (1997, p. 12):

A educação profissional é sempre formação e não treinamento. E mais: “o caráter educativo do processo profissionalizante precisa predominar sobre todos os outros aspectos, porque não se trata apenas de inserir-se no mercado, mas de envolver o todo no contexto da cidadania; saber pensar e aprender a pensar denotam não só habilidades propedêuticas de estilo formal e inovador, mas, sobretudo, a qualidade política de quem, ao mesmo tempo, maneja bem o conhecimento e o humaniza; (...) embora o esforço educativo no campo profissionalizante corra sempre o risco de subordinar-se ao mercado ou de cair no vazio por desvinculação com o mercado, aceita-se hoje que o trabalhador só tem a ganhar se o processo profissionalizante se centrar na qualidade educativa, para poder retirar daí tanto a capacidade de inserir-se no mercado quanto, sobretudo, de poder confrontar-se com ele.

Considerando a Constituição Federal (1988), e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (lei nº 9394/96), estabelecem que a educação é direito de todos, garantindo atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência. Nesta perspectiva inclusiva da educação e sabendo-se que cerca de 100% da população brasileira apresenta algum tipo de deficiência, torna-se imprescindível e imperioso que nossa escola esteja preparada para lidar, no seu interior, com as diferenças. É preciso capacitá-la para trabalhar a unidade da diversidade. Para tal, faz-se necessário que os profissionais da escola sejam capazes de oferecer oportunidades de atendimento educacional que respeite as necessidades, as limitações, as potencialidades e os interesses de cada aluno, ou seja, individualizando o ensino de acordo com as necessidades específicas do alunado.

Notadamente, a partir do início deste século, graças ao desenvolvimento científico e ético da humanidade, estudos vem mostrando que as diferenças individuais querem sob o ponto de vista físico ou sensorial, não constituem uma fatalidade irremovível, nem inabilitam as pessoas para a plenitude de suas realizações pessoais e sociais. Cada indivíduo, com personalidade própria e padrões específicos de desempenho, é dote de um potencial que, convenientemente orientado, pode permitir quase sempre, a sua auto-realização. Desta forma, estamos defendendo a construção de uma sociedade inclusiva compromissada com as minorias, nas quais se insere o grupo de alunos e apresentam necessidades educacionais especiais WERNECK (1997, p.30) afirma que **a inclusão vem quebrar barreiras cristalizadas em torno de grandes estigmatizados.**

O movimento pela sociedade inclusiva é internacional e o Brasil está engajado nele. É conveniente que esteja, porque cerca de 15 milhões de brasileiros portadores de deficiência aguardam a oportunidade de participar plenamente da vida em sociedade, como tem direito. Sem dúvida, a democracia, como um fim, se constitui num processo de solução e de encaminhamento de propostas e programas, de adoção de regras aceitas pela maioria com pleno respeito às minorias. Um processo que deve, cada vez mais ampliar o acesso a direitos, garantir a plena participação dentro das regras claras e aplicáveis a todos, independentemente de raça, cor, sexo, religião e de origem social.

A nova proposta de educação inclusiva foi deflagrada pela Declaração de Salamanca (1994), que proclamou, entre outros princípios, o direito de todos a educação, independentemente das diferenças individuais, esta declaração teve como escopo a Conferência Mundial sobre a Educação para Todos (1990). A educação inclusiva indica que todas as pessoas com necessidades educacionais especiais sejam matriculadas nas escolas regular, baseando-se no princípio de educação para todos.

Entretanto, devemos ser cautelosos, para não admitirmos uma idéia falsa de escola democrática. Ela será cada vez mais democrática, à medida que todos acolher, educar e ensinar, respeitando as diferenças individuais, principalmente, estimulando o desenvolvimento da capacidade do aluno em aprender a aprender. Frente a esse novo paradigma educativo social que tem por obrigação atender a todas as crianças, sem exceção. A escola deve ser aberta, pluralista, democrática e de qualidade.

REGO (1995, p.33) afirma que **a escola deve ser um espaço para as transformações, as diferenças, o erro, as contradições, a colaboração mútua para a criatividade.**

Desta forma, precisamos de uma escola que não tenha medo de arriscar, mas que tenha muita coragem de criar e questionar o que está estabelecido, em busca de rumos inovadores, necessários à inclusão. MANTOAN (1997, p. 32) coloca que **cabe à escola encontrar respostas educativas para as necessidades de seus alunos e exigir dela uma transformação.**

A inclusão na escola seria, então o processo pelo qual ela se adapta, se transforma para poder inserir em suas classes regulares crianças e jovens portadores de deficiência que estão em cidadania. Tanto os alunos não-deficientes como os deficientes terão a oportunidade de vivenciar a riqueza da diferença e o fortalecimento dos sentimentos de solidariedade. Vale ressaltar que, neste processo, o mais importante é a necessidade da formação da consciência crítica dos profissionais de educação quanto à sua responsabilidade pela aprendizagem de seus alunos, sejam eles deficientes ou não.

Não podemos, também deixar de registrar que este novo paradigma educativo não mais permitirá que educação especial seja entendida como um sistema paralelo ou um sub-sistema no contexto do sistema geral de educação. Para este novo tempo é inexorável a ação conjunta da educação regular com a educação especial. Afinal, o aluno que apresenta

necessidades especiais, além de ser visto a luz das suas eficiências, deverá ser visto agora como ser global e único.

O próprio tema, sob forma de pergunta, já é, em si, bastante sugestivo das inúmeras polêmicas que tais assuntos tem provocado, principalmente quando os sujeitos da inclusão e da interação são pessoas portadoras de deficiência. Tais polêmicas surgem, não só entre os familiares de tais pessoas, como entre os educadores do ensino médio regular e, principalmente, entre os que trabalham na educação especial. Pensamos, à indagação: Do que estamos falando ao nos referirmos à integração e inclusão? Seguem - se inúmeras outras. Dentre elas destaca-se: Ao pensarmos em integração e inclusão, de quem, de fato, estamos falando? A tarefa de examinar, com profundidade, cada um desses dois itens é muito extensa, o que não se pretende ser, neste texto. Temos como principal objetivo desencadear as reflexões, tangenciando aspectos importantes, sem torná-los exaustivos.

Do que estamos falando quando nos referimos à integração e à inclusão? Entendemos que a noção é polissêmica (de muitos sentidos), sejam porque múltiplos podem ser sujeitos, ou espaços políticos - sociais onde o processo se desencadeia e se mantém, seja porque são múltiplos os níveis de sucesso seguidos nas interações interpessoais, implícitas em qualquer dos conceitos de integração. Na verdade, a idéia de integração (econômica, política ou social e sob esta função, a educacional), pressupõe a reciprocidade.

A integração escolar, a que mais interessa aos educadores em geral, tem sido conceituada como um processo de educar-ensinar juntas crianças ditas como normais com crianças portadoras de deficiência, durante uma parte, ou na totalidade do tempo de permanência na escola. Trata-se de um processo gradual e dinâmico que assume distintas formas, segundo as necessidades e características de cada aluno, considerado o seu contexto sócio-econômico. Este conceito traduz o que se conhece com a teoria do ambiente o menos

restrito possível, centrada nas aptidões dos alunos que devem ser "preparados" para integração total, no ensino regular.

A Política de Educação Especial (MEC, SEESP) afirma que:

A integração é um processo dinâmico de participação das pessoas num contexto relacional, legitimando sua interação nos grupos sociais. A integração implica em reciprocidade.

E sob enfoque escolar processo gradual e dinâmico que pode tomar distintas formas de acordo com as necessidades e habilidades dos alunos. Sob o enfoque psicossocial, a integração representa, portanto, uma via de mão dupla, envolvendo os portadores de deficiência e a comunidade das pessoas consideradas "normais" (1994 p. 18).

Esta afirmativa que acabara de ser citada, traz implícita uma outra, todas as providencias, em prol da integração na escola, não podem ser da iniciativa dos educadores especializados, apenas.

CARVALHO afirma que:

Sempre que haja, em toda a comunidade escolar, mudanças de atitude frente a diferença, implicando a não rejeição dos alunos com deficiência, corre-se o risco de apenas inseridos no convívio com outras crianças, sem que efetivem, entre todos, trocas interativas com plena aceitação aos portadores de deficiência, o que os ajuda na valorização de sua auto-imagem e da sua auto-estima. (1997, p. 26).

Em outras palavras, para que, em nossas escolas, o ideal na integração de todos ou não exclusão de alguns se torne realidade, deve-se trabalhar todo o contexto onde o processo deve ocorrer, para que dê certo. Do contrário, corre-se o risco de contribuir para mais preconceito em torno dos deficientes. As diferentes formas de segregação, ou de rejeição, que tem sofrido, se considerarmos os mecanismos psicológicos que as embasam, costumam ser desumanas e perversas. Indo além, podemos dizer que a discussão em prol da integração deve partir de outra, talvez mais urgente. Trata-se da não segregação dos alunos, que, por suas dificuldades específicas ou inespecíficas de aprendizagem representam um

enorme desafio aos professores interessados em leva-los a apropriação d saber e do saber fazer, ferramentas indispensáveis ao exercício da cidadania.

Há ainda um nível de abordagem ao problema. Trata-se da "dessegregação" dos alunos que, por dificuldade de aprendizagem ou por "mau" comportamento, foram, indevidamente, encaminhados para a educação especial e a escola é um espaço social privilegiado para o debate, por suas funções políticas, dentre outras. Essas questões já estão nas agendas, o que é animador. Mas, aceitar o ideário da inclusão não autoriza o bem intencionado a mudar o que existe num passe de mágica. A escola inclusiva isto é, a escola para todos deve estar inserida num mundo inclusivo onde as desigualdades que são estruturais nas sociedades. DEMO (1990, p. 36) afirma que **desde que não atinjam os níveis abomináveis com os quais temos convivido.**

A educação inclusiva tem sido conceituada como um processo de educar juntos, incondicionalmente, nas classes do ensino comum, alunos ditos normais, tem alunos portadores ou não de deficiência, mas que apresentem necessidades educacionais especiais. A inclusão beneficia a todos, deficientes ou não, que podem desenvolver sábios sentimentos de respeito a diferença, de cooperação e de solidariedade. Trata-se de um ideal, sem dúvida que pressupõe um mundo diferente desse modo em que a agressividade e a competitividade não sejam tão avassaladoras, um mundo no qual a cooperação não tenha os foros da piedade, geradora de benemerência. Precisamos continuar denunciando injustiças sociais e o modelo político - econômico que as produz, reproduz e mantém, não por caridade e sim, por direito a cidadania.

As externalidades de um mundo em que a educação é concebida como bem de investimento, com vistas ao consumo, evidenciam a vigência das discussões sobre a inclusão, independentemente de que os protagonistas sejam, ou não, os portadores de deficiência. Ou, como mais modernamente são dominados - alunos que apresentam necessidade educativas

especiais - categoria heterogênea e muito abrangente, do qual na literatura atual, os deficientes têm feito parte. Os comentários acerca da inclusão e da integração, é indispensável referir as metáforas que tem suscitado, quando se cogita desses processos no âmbito educacional escolar. As propostas de organização do sistema tem sido comparadas a uma cascata, enquanto que as que se baseiam na escola inclusiva, tem como metáfora um caleidoscópio.

As críticas que se tecem, no caso da cascata de serviços, é que a passagem de uma criança com deficiência ou com dificuldades de aprendizagem de um tipo de serviço mais segregado a outro, mais integrador, além de depender dos progressos da criança (sendo ela, portanto, a responsável solitária por seu destino escolar), tem se mostrado praticamente inexistente.

DORÉ apud WAGNER (1996, p.33) afirma que:

Para materializar-se, o processo de integração traduz-se por um gama de serviços que não desde o ensino em classes comuns ao ensino em centros hospitalares: Estrutura paralela chamada de “sistema em cascata” cujo objetivo é oferecer o meio ambiente o mais normal possível pela possibilidade de em todas as etapas da segregação oferecer a oportunidade de retomar o curso regular, numa classe ordinária.

Evidenciamos que nos sistemas de cascata, a educação especial organiza-se como estrutura paralela ao ensino regular, distanciando alunos, professores, famílias e dificultando as inter-relações necessárias no planejamento e na execução da prática pedagógica inclusiva/integradora nas escolas; quanto à metáfora do caleidoscópio, tem sido apontada como a que melhor traduz a idéia de inclusão escolar, isto é, um sistema educativo no qual todas as crianças devem estar, necessariamente matrículas em escolas regulares, nelas, freqüentar as classes comuns. No caleidoscópio todos os pedacinhos são importantes e significativos para a composição da imagem, quanto maior a diversidade, mais complexa e mais rica se torna a figura formada pelo conjunto das partes que a compõe.

Transportando essa imagem para as classes do ensino regular, a mensagem é que a presença de alunos com necessidade educacional especial, embora torne o conjunto da

turma de alunos mais heterogêneo e complexo, também o torna mais rico. Aí, exatamente aí, reside o problema que a maioria dos nossos professores do ensino fundamental apresenta. Alegam que não se sentem "preparados" e motivados para a docência dos grupos tão diversificados, consideram-se difíceis, pois ganham muito mal, não tendo recursos para a compra de livros, revistas especializadas, ou para fazerem cursos de atualização, além de que as condições em que trabalham serem muito adversas... Infelizmente não estão exagerando. Desde a sua formação para o exercício do magistério, detectam-se lacunas muito sérias.

Essas constatações, longe de servirem como barreiras impeditivas da inclusão/integração devem servir como desafio, como busca de ressignificar nossa prática pedagógica, tornando-a mais inclusiva para todos os aprendizes. Sem entrar no mérito da pertinência das metáforas e o que elas pretendem "dizer", parece-nos que a idéia do caleidoscópio também é ambígua, pois a figura que se forma, em sua beleza é complexidade, é extremamente sensível a qualquer movimento da mão ou dos dedos de quem sustenta o brinquedo...

Como seria essa questão transportada para o cotidiano da sala de aula onde geralmente, convivem entre 35 e 40 crianças, dentre as quais estarão incluídas aquelas com deficiências, inclusive severas? Ficarão tão frágeis nas "mãos" dos educadores, quanto ficam as pecinhas do caleidoscópio? Uma vez mais se evidencia a necessidade de repensar a dinâmica dos trabalhos em sala de aula de modo a remover as barreiras de aprendizagem de nossos alunos, sem que, para isso, precisamos isolá-los pedagogicamente.

Antes de dar por concluída qualquer análise sobre inclusão e integração, caberia buscar respostas para o: estado da arte da valorização do nosso magistério; as condições em que se dá o processo ensino-aprendizagem, a qualidade política da formação que recebem, o tamanho da turma; o projeto político-pedagógico das escolas em que trabalham. E ainda, procurar responder aos desafios que o processo de globalização, principalmente da economia que representam neste momento.

Essa ponderação é uma forma sutil de estimular, sem angustias, as reflexões em torno dos mínimos aspectos que, direta ou indiretamente influem nas questões "maiores". No caso deste trabalho na inclusão, na metáfora do caleidoscópio, nas pessoas envolvidas, nos interesses e na ideologia que estão por trás de tudo isso. Embora todo o texto até agora, refira-se a alunos com necessidades educacionais especiais, parece necessário tecer mais algumas considerações a respeito de quem, de fato, estamos falando?

Comentamos, no início deste trabalho, acerca da imprevisão da referida expressão, pela abrangência de educandos que podem representar tais necessidades educacionais especiais, temporária ou definitivamente. Além da imprecisão, há que considerar outro aspecto, especificamente voltado aos portadores de deficiências. Assim é porque as necessidades educativas escolares de pessoas cegas, por exemplo, tem características próprias e diferenciadas das de alunos surdos, ou dos que tem paralisia cerebral ou daqueles portadores de deficiência mental, ou dos autistas, desconsiderar isso é desconsiderar a diversidade.

Com essas premissas podemos dizer que a inclusão e a integração dos portadores de deficiência (quem), em respeito aos princípios democráticos, tem exigências diferenciadas segundo a natureza de suas dificuldades, os "espaços" onde serão incluídos/integrados, as trajetórias de vida de cada um, os atores da reciprocidade interativa, etc.

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) afirma que:

Nos dias de hoje, há fatos que se evidenciam, contrariando nossos ideais democráticos, e gerando um mundo de perplexidade e de enormes paradoxos como o que, sentimos ao tornar conhecimento de que mais de um bilhão de pessoas não tem a oportunidade de satisfazer suas necessidades básicas. (1998, p. 29)

Em tempos, como o nosso, de acelerado processo de globalização parece que se oferecem mais condições de poder a pequenos grupos tornando-os cada vez mais dominantes e elitizados. Assim, cabe estender a resposta sobre quem estamos falando, para

todas as “minorias” e não só aos portadores de deficiência. Na verdade, ao considerar o conjunto das maiorias, estamos nos referindo à maioria das pessoas que vivem à margem do processo político e social. Pessoas que não tem acesso e ingresso nas escolas ou que elas foram afastadas, independentemente de suas vontades.

CARVALHO (2000) refere que o desenvolvimento tecnológico ofereceu a humanidade significativos avanços no campo do conhecimento que auxiliaram as relações do homem ao vencer desafios que lhe são colocados à frente. Porém o final do milênio é marcado por verdadeiras revoluções no conhecimento e na informação que influencia diretamente o ser humano. Pensar em final do milênio é perceber o quanto a qualidade de vida das pessoas foi afetada pela tecnologia, em que o quadro econômico e político demarcam significativas mudanças que afetam a vida humana socialmente, e assim o quadro educativo se configura preservando interesses elitistas que se fazem representar de modo oposto a democratização tão esperada do ensino.

A globalização põe em jogo o interesse de grupos privilegiados que asseguram a educação exercer uma função social excludente, de modo que os interesses das classes dominantes se fazem valer em relação à escola. Contudo é relevante considerar que o processo educativo no mundo globalizado assume referencial de exclusão em especial dos grupos menos favorecidos economicamente, no qual o ideal de construção de uma sociedade igualitária passe a ser concebido de maneira utópica.

Assim é importante considerar educação como direito, direito este reservado ao homem como sujeito histórico construtor de sua vida material e quando é pensado na organização do sistema educacional, este deve ser favorecido pelos instrumentos que são definidos na sua avaliação, como é o caso do SAEB e outros que demarcam o aspecto qualificativo da educação brasileira. Pensar na quantidade de alunos matriculados na escola brasileira na educação básica e o número dos concluintes no tempo certo de permanência na

escola é algo ilusório, pois os elevados índices de evasão e repetência que se instalam no sistema educacional oferecem oportunidade para analisar quanto a retenção especialmente no ensino fundamental é fato no processo educativo.

Quando analisados os desafios que são demarcados pelo ensino no Brasil e apontado suas causas pensa-se especialmente nas políticas públicas que estão presente no modelo educacional proposto no neoliberalismo, em que o sistema educacional excludente se manifesta favorável a saída da criança da escola, de modo que o processo de ensino voltado a legitimação da desigualdade aponta para o quadro de banalização que a aprendizagem se apresentou no ensino brasileiro, em que o discurso de uma escola igualitária não é presente na sociedade. Pensar na escola que atenda a realidade do aluno é voltá-la ao procedimento de suas necessidades como ser humano que merece ser construído pelo processo educativo que lhe é oferecido, através de um conjunto de saberes que somatizados é favorável ao seu desenvolvimento das inúmeras dimensões atendidas pelo processo educativo.

Segundo as considerações de MANTOAN (1998) o atendimento das necessidades educativas no Brasil são deficientes visto que há um quadro negativo em relação ao aproveitamento no ensino fundamental pois os elevados índices de evasão e repetência contribuem para a presença de um quadro não tanto animador na escola brasileira. Assim o quadro descrito na educação especial não é favorável a obtenção da qualidade do ensino, pois o ambiente oferecido pela escola pública, em especial no Brasil, não atende as necessidades do aluno portador de necessidades educativas especiais e em conseqüência esses fatores contribuem para sua exclusão na escola. Pensar na escola para todos é dotá-la de recursos suficientes ao atendimento de todos os atores que se inserem na sociedade reivindicando seus direitos à educação. Pensa-se que é necessário neste momento em que a inclusão é apresentada na escola pública, qualificar seus recursos humanos no sentido de oferecer

condições ao desenvolvimento das perspectivas que o ensino se descreve, em que os desafios a serem superados em relação a educação especial sejam alcançados.

Quando se instala um aluno portador de necessidades educativas especiais na escola regular, as responsabilidades do educador multiplicam-se no sentido de oferecer-lhe as mínimas condições para a realização de seu aprendizado, pois o olhar demonstrado em relação a educação especial na escola ainda é discriminatório e excludente, de modo que merece ser discutido a questão da inclusão como meio facilitador de acesso do aluno portador de necessidades educativas especiais ao saber que a escola oferece.

Contudo integrar este aluno é um desafio que merece ser pensado pelas instancias superiores do sistema de ensino brasileiro, visto que nas políticas educacionais, os recursos favoráveis a equipação da escola, a qualificação de professores e outros recursos disponíveis á educação especial devem ser considerados. Pensar na integração sem oferecer condições mínimas de funcionamento da escola seria lançar objetivos ausentes de serem alcançados. O processo de integração do aluno, em especial, do deficiente mental tem sido realizada na escola regular de acordo com algumas possibilidades que se dispõem a eles no sentido de elaborar meios que facilitem o acesso na classe regular. Então o processo escolar é apresentado no sentido da escola não atender qualitativamente o ensino a esses seres diferentes.

A inclusão quando pensada no sentido de oferecer a escola regular ao portador de necessidades educativas especiais revela-se como alternativa de inibir o processo que se instalou na sociedade capitalista, em que os diversos modelos de exclusão se inserem, atendendo vários formatos que a escola reproduz no seu contexto, e nesta perspectiva deve-se considerar que os conteúdos de aprendizagem na escola regular devem ser favoráveis a formação da cidadania do portador de necessidades educativas especiais.

Quando é pensada a integração escolar do portador de necessidades educativas especiais na escola regular é apontada a questão de formular-se objetivos que estejam integrados ao atingimento das metas estabelecidas no processo de inclusão, visto que os alunos portadores de necessidades educativas especiais devem ser tratados em sala de aula regular como seres capazes de produzir conhecimentos que darão significado a sua vida e merecem ter seu processo de desenvolvimento humano garantido pela educação que recebem.

A escola, para ser considerada um espaço inclusivo, precisa deixar de ser uma instituição burocrática, que apenas cumpre as normas estabelecidas pelos níveis centrais. Para tal deve transformar-se num espaço de decisão, ajustando ao seu contexto real e respondendo aos desafios que se apresentam. O espaço escolar, hoje, tem que ser visto como espaço de todos e para todos. Este novo redesenho da escola implicará a busca da alternativa que garantam o acesso e a permanência de todas as crianças e adolescentes no seu interior, portanto, o que se deseja, na realidade, é a construção de uma sociedade inclusiva compromissada com as minorias e, neste grupo, estão os portadores de necessidades educativas especiais.

WERNECK (1997, p. 42) coloca que (...) **a inclusão vem quebrar barreiras cristalizadas em torno de grupos estigmatizados.**

Com já vimos, anteriormente, o movimento pela sociedade inclusiva é internacional, e o Brasil está engajado nele, e é conveniente que esteja, pois temos cerca de 15 milhões de deficientes, segundo a Organização das Nações Unidas (ONU), cuja totalidade está provavelmente aguardando a oportunidade de participar da vida em sociedade, como tem direito. Assim necessitamos de uma nova escola que aprenda a refletir criticamente e a pesquisar. Uma escola que não tenha medo de arriscar, mas muita coragem de criar e de questionar o que está estabelecido, em busca de rumos inovadores, necessários á inclusão.

Como diz MANTOAN (1997, p.68) (...) **cabe a escola encontrar respostas educativas para as necessidades de seus alunos.**

E nesta busca de respostas para atender á diversidade, o processo pedagógico fica, com certeza, mais rico, propiciando uma melhor qualidade de educação para todos. Assim, todos se beneficiam da educação inclusiva, todos se enriquecem: alunos, professores, família e comunidade. Então, como atuar numa escola inclusiva?

Compreendendo o aluno portador de necessidades educativas especiais e respeitando-o como pessoa que tem limitações, mas que também tem seus pontos fortes. Para isso, é necessário que se abandonem os rótulos, as classificações. Procurando levar em conta as possibilidades e necessidades impostas pelas limitações que a deficiência lhe traz. Vale lembrar que o movimento de educação inclusiva, frente á realidade educacional brasileira, deve, ainda, neste início, nesta fase de transição, ser visto como um grande avanço, quando recomenda a matricula do aluno portador de necessidades educativas especiais na escola pública regular, por que, ainda hoje, prevalece, entre nós a escola especial como o lugar para essas pessoas. Acreditamos que, nesse momento, precisamos atuar em prol de um movimento “dessegregação”, que significa trazer à escola regular aqueles que, até então, nunca a ela tiveram acesso, ou por estarem segregados em suas comunidades.

Dessa forma precisamos, ainda, nos valer das diferentes modalidades de atendimento de educação especial expressas na Política Nacional de Educação Especial (MEC, SEESP, 1994). Estas modalidades devem ser criadas no interior das escolas regulares. Elas se caracterizam como alternativas de procedimento didáticos específicos e adequados as necessidades educacionais desses alunos e que implicam espaços físicos, recursos humanos e materiais diferenciados. A modalidades a que nos referimos são: classe comum, classe especial, professor itinerante e a sala de recursos.

Citamos aqui, apenas, as modalidades de educação especial mais integradoras, que têm como objetivo atender à diversidade dos alunos que compõem o grupo de necessidades educativas especiais. Desta forma, estamos democratizando a educação, oferecendo igualdade de oportunidades aos diferentes, visando ao exercício pleno de sua cidadania. Vale ressaltar que o planejamento da ação educativa deve ser participativo, envolvendo os educadores da educação especial e da educação regular. O professor especializado deve participar de todas as ações, devendo opinar e discutir com o professor do ensino regular, participar de todo o planejamento em suas fases de elaboração, execução e avaliação. O professor deve, assim, ser parte integrante da equipe escolar. Ele precisa ter, sempre, a oportunidade de socializar o seu saber específico junto aos outros profissionais de equipe, contribuindo para a melhoria da qualidade de ensino oferecido na escola, possibilitando o envolvimento desta equipe na busca de alternativas que minimizem as diferenças entre os alunos com deficiências e os demais. O professor de classe regular precisa entender o significado de uma escola inclusiva, a partir de seus conhecimentos anteriores como professor. Precisa entender, também, que seus alunos têm estilos diferentes de aprendizagem e, às vezes, utilizam caminhos que o próprio professor desconhece. Por outro lado, os professores de classes regulares poderão utilizar recursos usados pela Educação Especial, quando tem incluído em sala de aula um aluno portador de necessidades educativas especiais.

Face ao exposto, o mais importante em todo esse processo é a necessidade da formação da consciência crítica do professor quanto à sua responsabilidade pela aprendizagem de seus alunos, sejam eles deficientes ou não. Entendemos ser de grande valia, quando discutimos a escola como espaço inclusivo, abordamos, também a questão do fracasso escolar. A discussão sobre fracasso escolar vem sendo feita a partir de diversos pontos de vista os aspectos sociais, econômicos, culturais, biológicos, psicológicos. Entretanto, o

fracasso escolar se dá, principalmente, entre os alunos das classes populares, que encontram grandes barreiras no cotidiano escolar:

Como diz ESTEBAN (1992, p. 49):

O comportamento destas crianças é associado à falta de educação, seus valores são contraditórios ao que é proposto pela escola, seus conhecimentos não são considerados ou são tratados com desconhecimento, sua realidade deve ser deixada de lado para que em seu lugar uma outra sob o modelo das classes dominantes, seja construída.

Esta postura da escola frente a essas crianças só colabora para a instalação de uma auto-estima negativa, aumentando, ainda mais, o autoconceito negativo que traduzem do sem cotidiano. Entretanto, sabemos que auto-estima positiva é um dos aspectos fundamentais no processo desenvolvimento aprendizagem.

Não há dúvida, como bem demonstra SAVIANI (1986, p.12):

Que existe uma relação íntima entre prática educativa e dimensão política e que toda prática política possui uma dimensão educativa, constituindo-se, desta forma educação e política como manifestações da prática social, própria de uma sociedade de classes.

Podemos constatar que a sociedade brasileira apresenta-se, de maneira muito clara, dividida em interesses opostos, antagônicos. O capitalismo que, na sua essência, requer exclusão, quando aplicado em sociedades periféricas, faz dela a regra. Como incluir os que não são reconhecidos pela sociedade, sem se correr o grande risco de criar falsos mecanismos de inclusão, porque, na verdade, eles se mantêm excluídos? Basta observarmos, no âmbito da educação, várias estatísticas sobre evasão escolar, sobre os números inexpressivos de conclusão de ensino fundamental. Tal fato ocorre porque no interior da escola busca-se uma homogeneidade inexistente, todo aquele que se mostra diferente da norma imposta é excluído.

Entretanto, a escola existe em função do aluno. O aluno nela ingressa para se apropriar de conhecimentos, de habilidades, para aprender a se relacionar crítica e produtivamente na sociedade. Se isto não ocorre, a escola não está cumprindo sua função. O sucesso dos alunos não pode depender de sua capacidade de se adaptar aos códigos existentes

dentro dela. Essas crianças carentes socialmente e culturalmente são vistas como incapazes, de aprender e avançar numa escola acabada e perfeita que se julgue imune á avaliação.

Assim nos ensina ESTEBAN (1992, p. 80):

Buscando a homogeneidade, é escamoteado que crianças diferentes criadas em contextos diferentes, expostas à realidades diferentes, desenvolvem, conseqüentemente habilidades e conhecimentos diferentes. Embora a diferença não signifique a capacidade de uns para aprender e a incapacidade de outros, sua existência aponta a necessidade de que o trabalho escolar possa incorporar a heterogeneidade que constitui o real, sendo construído o rela, sendo construído a parti desses diferentes, que o tornam mais rico e dinâmico.

Podemos, então concluir que a escola como espaço inclusivo deve ter por desafio o sucesso de todos alunos sem exceção. Analisamos que nossa escola não pode mais fugir a esse desafio. Ela terá que estar preparada para lidar com situações que fujam ao cotidiano. A não garantia de acesso e permanência de todos na escola é a forma mais perversa e irremediável de exclusão escolar e, conseqüentemente, de exclusão social. Pois nega o direito elementar de cidadania. Para um projeto educativo baseado nos princípios de integração/inclusão, devemos pensar numa renovação pedagógica, que considere as diferenças.

Não há dúvida de que a qualidade de educação é importância prioritária para o crescimento econômico, social e político de um país. Os governos precisam formular políticas que assegurem a inclusão dos excluídos, metas de inclusão e de ampliação da cidadania. Nesta era de globalização, em que a competição tem marcado as relações interinstitucionais e as humanas, mas do que nunca há que cuidar para que os direitos reconhecidos e proclamados sejam de fato consumados. Além da Declaração Universal dos Direitos Humanos, outros documentos internacionais e nacionais merecem destaque pelo que contêm, especificamente, como recomendações na área de atenção às pessoas portadoras de deficiências, nas diversas políticas públicas. Cada um de nós, educadores interessados em desempenhar,

adequadamente, o nosso papel que é pedagógico e também político, precisamos conhecer a mensagem desses documentos, porque representam marcos históricos e porque têm sido discutidos internacionalmente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A formação econômico-social brasileira exige e cultua a produtividade, a eficiência e a competição. Então, como é visto o indivíduo que traz o estigma da deficiência, ou seja, da não eficiência? Parece-nos, então evidente que o problema recai sobre a visão que a sociedade ainda tem a respeito dos portadores de deficiência: a valorização de sua não eficiência. Tal condição para a lógica capitalista do lucro é suficiente para justificar a exclusão de investimentos na educação do portador de necessidades educativas especiais, pois seu retorno não se manifesta de maneira imediata em mais valia.

As atitudes discriminatórias dos planejadores e executores da educação prejudicam o ingresso dos portadores de necessidades educativas especiais no sistema escolar. Portanto, é necessário que a nossa política educacional esteja voltada para a heterogeneidade. Entretanto, é imprescindível ressaltar que, embora fundamentais os dispositivos legais, não devemos excluir outras fontes de mudanças. As pressões da sociedade por uma educação efetivamente democrática são essenciais na implementação de políticas e práticas de ensino que se traduzam na inclusão, na participação e na construção da cidadania.

Precisamos, então, continuar na luta por uma educação de qualidade para todos, por uma escola que satisfaça as necessidades educacionais de todas as crianças. A proposta de educação inclusiva recomenda que todos os indivíduos portadores de necessidades educativas especiais sejam matriculados em turma regular, baseando-se no princípio de educação para todos. Frente a esse novo paradigma educativo, a escola deve ser

definida como uma instituição social que tem por obrigação acolher a todas as crianças sem exceção. A escola deve ser aberta, pluralista, democrática e de qualidade. Portanto, deve manter aberta suas portas às pessoas com necessidades educativas especiais.

A escola que desejamos para nossa sociedade deve ter, em seu projeto educativo, a idéia da unidade na diversidade. Não poder haver democracia e segregação, pois uma nega a outra.

Como diz MADER (1997, p.47)

Um novo paradigma esta nascendo, um paradigma que considera a diferença como algo inerente na relação entre os seres humanos. Cada vez mais a diversidade está sendo vista como algo natural.

O estar junto no cotidiano vai ensinando todos a respeitar as diferenças e aceitar as limitações. A escola deve promover o desenvolvimento físico, cognitivo, afetivo, moral e social dos alunos com necessidades educativas especiais, ao mesmo tempo que lhes facilita para que isso aconteça, é importante que o indivíduo portador de necessidades educativas especiais seja visto como um sujeito eficiente, capaz, produtivo, principalmente apto a aprender. A educação numa democracia é o principal meio de instrumentalização do indivíduo para o exercício de suas funções na sociedade. Logo, é de vital importância que as diretrizes norteadoras da Política Nacional de Educação Especial contemplem todos os alunos, sem exceção.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. BRASIL. Constituição Federal (1988) Rio de Janeiro: FAE, 1989.
2. _____. Ministério da Educação e do Desporto. Política Nacional de Educação Especial. Brasília: SEESP, 1994.
3. _____. Lei nº 9394, de 20/12/96, “Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional”. In: Diário Oficial da União. Ano CXXXIV, nº 248, de 23/12/96.
4. _____. IPEA, Fundação João Pinheiro, IBGE, PNUD. Atlas do desenvolvimento humano no Brasil. Home Page: <http://www.ipea.gov.br>
5. CARVALHO, Rosita E. A integração de pessoas com deficiência. São Paulo: Memnon, 1997.
6. _____. Educação Para Todos – O Desafio do Terceiro Milênio. Revista do Departamento de Teoria e Prática da Educação – 3 (6): 25 – 42, Set/2000.
7. DEMO, Pedro. Pobreza Política. São Paulo: Cortez, 1990.
8. _____. “Educação Profissional: desafio da competência para trabalhar”. In: FAT-Fundo de Amparo ao Trabalhador. Educação Profissional: o debate da (s) competência (s), 1997.
9. DELORS, J. Educar para o futuro. In: Correio da Unesco, Junho, 1996.
10. DORE, R. Wagner, S Brunet P. Rinssir/ Integration Scolaire. Montreal: Logiques, 1996.
11. ESTEBAN, Maria Teresa. Repensando o fracasso escolar. In: o sucesso escolar: um desafio pedagógico – cadernos cedes. São Paulo: Papirus, 1992.
12. FREIRE, Paulo. A Educação na cidade, 2ª ed. São Paulo: Cortez, 1995.
13. LISBOA Trinova, 1998.
14. MANTOAN, Maria Teresa E. Ser ou estar, eis a questão. Explicando o déficit intelectual. Rio de Janeiro, WVA, 1997.

15. MADER, Gabrielle. Integração da pessoa portadora de deficiência: a vivência de um novo paradigma. In: MANTOAN, Maria Teresa E. A integração da pessoa portadora de deficiência. São Paulo: Memnon, 1997.
16. _____ . Integração x Inclusão. Educação Para Todos. Pátio Revista Pedagógica. Ano 2, Nº 5, p. 48-51, Maio/ Julho, 1998.
17. MAZZOTA, Marcos José S. Trabalho docente e formação de professor de educação especial. São Paulo: EPO, 1993.
18. PNUD. Relatório do desenvolvimento humano, 1998.
19. REGO, Teresa c/Vygotsky – Aprendizado e desenvolvimento, um processo histórico. São Paulo: Scipione, 1995.
20. SASSAKI, Romeu Kasumi. Inclusão: Construindo uma sociedade para todos. Rio de Janeiro: WVA, 1997.
21. SAVIANI, Demerval. Escola e Democracia: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação e política. São Paulo: Cortez, 1986.
22. SKLIAR, C. (org). Educação e Exclusão: abordagens sócio antropológicas em educação especial. Porto Alegre: Meiação, 1997.
23. WERNECK, Cláudia. Ninguém mais vai ser bonzinho na sociedade inclusiva. Rio de Janeiro, WVA, 1997.
24. UNESCO/ MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CIÊNCIA DA ESPANHA/ CORDE: Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais. Brasília: 1994.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

1. TEIXEIRA, Elizabeth. As Três Metodologias: Acadêmica, da Ciência e Pesquisa. 3ª ed. Belém. Cejup, 2001.